

AS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DA TERCEIRA VIA

Vera Maria Vidal Peroni

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Resumo

O texto apresenta estudo acerca das mudanças, deste período particular do capitalismo e no papel do Estado, que redefinem as fronteiras entre o público e o privado e algumas parcerias em educação que materializam esta proposta. Analisa a relação entre o diagnóstico neoliberal, incorporado pela Terceira Via, de que o “culpado” pela crise é o Estado, e as estratégias que propõem o deslocamento da execução das políticas sociais do Estado para a sociedade, e o que fica como propriedade do Estado adquire a orientação do mercado, considerada parâmetro de eficiência. Com a parceria público/privada e o fortalecimento do terceiro setor, o privado acaba influenciando ou definindo as políticas públicas

Palavras-chave: política educacional, parceria público-privada, terceira via

Abstract

This paper presents a study concerning the changes of this particular period of capitalism and the role of the state, which redefine the boundaries between public and private partnerships in education and some that materialize this proposal. It analyzes the relationship between the neoliberal diagnosis, incorporated by Third Way, in which the "culprit" for the crisis is the state, and the strategies proposed displace the implementation of social policies of the state to society, and what is left as property of the State acquires the market orientation, which is considered an efficiency parameter. With the public / private partnership and the strengthening of the third sector, the private ends up influencing or defining public policies.

Keywords: education policy, public-private partnership, third way

Introdução

Este trabalho pretende debater a parceria público-privada como uma das propostas da terceira via em um contexto histórico de redefinições do papel do Estado para os direitos sociais materializados em políticas, em particular as políticas educacionais.

O debate sobre a terceira via é importante, pois, para a teoria neoliberal, está muito explícita a retirada do Estado das políticas sociais universais, a ênfase no lucro, a mercantilização da sociedade e a consequente desigualdade social. Já para a terceira via, a análise deve ser mais detalhada, pois apresenta em seu discurso o aprofundamento da democracia, o fortalecimento da sociedade civil, enfim conceitos muito caros às lutas sociais, o que tem confundido e feito com que grupos de centro, de esquerda e de direita apresentem as suas propostas com maior aceitação pela sociedade do que o neoliberalismo, mas na prática as duas teorias minimizam direitos sociais.

Pensamos também que aprofundar as diferenças entre as teorias ajudará na análise do atual papel do Estado para as políticas sociais, em especial as cada vez mais tênues fronteiras entre o público e o privado, que ocorrem tanto na execução e financiamento de políticas sociais, quanto no seu conteúdo, já que cada vez mais o privado estabelece seus parâmetros nas políticas públicas.

Para analisar essas questões, organizamos o texto em três partes. A primeira trata das diferenças e semelhanças entre neoliberalismo e terceira via e da relação terceira via e terceiro setor como parte das mudanças desse período histórico de redefinições estruturais do capitalismo e de mudanças no papel do Estado. A segunda, de como o Brasil está vivenciando esse processo e a terceira, da relação entre o público e o privado nas políticas educacionais brasileiras, como parte desse movimento.

As redefinições do papel do Estado, terceira via e terceiro setor

Conforme Mészáros (2011), “sem uma avaliação adequada da natureza da crise econômica e social de nossos dias (...) a probabilidade de sucesso a esse respeito é insignificante” (MÉSZÁROS, 2011, p. 1). Para o autor, “a crise do capital que estamos experimentando é uma crise estrutural que tudo abrange” (MÉSZÁROS, 2011, p. 2). As características principais desta crise é seu caráter universal, não estando restrito a uma esfera particular financeira ou comercial; seu escopo é global, não atinge apenas um ou outro país; sua escala de tempo é extensa e contínua, não é limitada ou cíclica, como as crises anteriores do capital; é gradual, diferente de colapsos mais espetaculares do passado (MÉSZÁROS, 2011). Enfim, para o autor, “uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social, em todas as suas relações com as partes constituintes ou subcomplexas, assim como outros complexos aos quais está vinculada.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 3).

Mészáros (2009) adverte, ainda, que o capital não aceita controle e critica o atual prêmio Nobel de Economia, Edmund Phelps, que retoma as ideias keynesianas de que o capitalismo é ideal e falta apenas regulação. Para Mészáros, o sistema do capital não aceita

regulações, é incontornável e irreformável, pois é “orientado para a expansão e dirigido pela acumulação (...) o que está em questão a esse respeito não é um processo designado à crescente satisfação da necessidade humana” (MÉSZÁROS, 2007, p. 59). O antagonismo é estrutural “por conta da subordinação estrutural hierárquica do trabalho ao capital” (MÉSZÁROS, 2007, p. 59). O sistema do capital é caracterizado por uma tripla fratura entre produção e seu controle, produção e o consumo, e produção e a circulação, tanto interna como internacional dos produtos: “é um sistema irremediavelmente centrífugo em que as partes conflitantes e internamente antagônicas se dirigem para direções muito diversas” (MÉSZÁROS, 2007, p. 59); além da intensificação da preponderância do valor de uso sobre o valor de troca, e da produção destrutiva do capital muito intensificada neste período particular do capitalismo (MESZÁROS, 2002). Enfim, o capital é estruturalmente sujeito a crises e as saídas historicamente encontradas por parte do capital para superá-las são sempre paliativas, pois não resolverão as suas questões intrínsecas.

O Estado como parte da estrutura sociometabólica do capital foi chamado historicamente a tentar controlar ou regular as contradições do capital e a relação capital/trabalho. Atualmente, apesar do anunciado Estado mínimo pelo neoliberalismo, o Estado é chamado a “socorrer” o capital produtivo e financeiro nos momentos de maior crise. E, contraditoriamente, foi e é considerado o “culpado pela crise” pela teoria neoliberal e atualmente também pela terceira via, como trataremos no próximo item.

Chesnais concorda que vivemos em um momento histórico crítico, a crise será longa, e a duração e profundidade da crise colocam a esquerda diante de responsabilidades, já que agrava ainda mais as condições de existência das classes trabalhadoras. O desafio que se coloca não é apenas econômico, mas de civilização. Ele considera uma tríplice crise: social, econômica e ecológica. O autor destaca, ainda, que continua a prevalecer o pensamento tatcheriano de que não há alternativas. E adverte que todos os planos apresentam um endividamento ainda maior dos Estados. (CHESNAIS, 2009)

Robert Brenner também adverte sobre a profundidade da crise, que pode tornar-se a mais devastadora desde os anos 1930. Para o autor, a crise está enraizada em uma queda nas taxas de lucro, causada principalmente “pela crônica tendência para a criação de sobrecapacidade no setor industrial mundial que recua ao período do final dos anos 60 e início dos anos 70” (BRENNER, 2008, p. 1). Atualmente a “combinação da fragilidade da acumulação de capital com a crise do sistema bancário transformou o presente declínio econômico numa crise de difícil resolução pelo poder político e que potencialmente pode se tornar um desastre” (BRENNER, 2008, p. 1). Assim como Chesnais, Brenner destaca que os Estados ficaram endividados ao financiarem a crise. Ele também adverte para o aumento da exploração dos trabalhadores, que têm de trabalhar mais tempo por menos salário. No momento atual, o principal exemplo é a Grécia, em que o setor público e a população pagam uma altíssima conta com aumento de impostos, cortes e salários e nas políticas sociais para pagar a conta do sistema financeiro. Como comenta Callinicos, no artigo *As lutas sociais na Grécia jogam luz sobre a crise que atinge a Europa*: “os bancos, maiores causadores da crise, foram resgatados com grandes custos para os cofres dos governos” (Disponível em: <<http://zequinhobarreto.org.br/?p=6371>>. Acesso em: 2 out. 2011).

A Declaração de partidos de esquerda da Europa sobre a crise adverte que:

Os mesmos mercados financeiros que têm sido salvos graças aos planos de ajuda agora estão em pé de guerra contra o aumento da dívida pública que tais planos causaram. Pedem reduções massivas nos gastos públicos. Essa é uma tentativa com caráter de classe para fazer pagar os custos da crise, não para quem a provocou – em primeiro lugar, os bancos –, e sim aos trabalhadores. Não só aos empregados no setor público, e sim também a todos os usuários dos serviços públicos (Disponível em: <<http://zequinhabarreto.org.br/?p=7560>>. Acesso em: 2 out. 2011).

Enfim, não é o Estado mínimo como apontam as teorias neoliberais, na prática é o “Estado máximo para o capital e mínimo para as políticas sociais” (PERONI, 2003), que já na década de 1990 foi aprofundado.

Com base nesses autores, partimos da tese já desenvolvida em trabalhos anteriores (PERONI 2003, 2006 e PERONI, ADRIÃO, 2005), segundo a qual existe uma crise estrutural do capital e o neoliberalismo, a globalização, a reestruturação produtiva e a terceira via são estratégias do capital para a superação de sua crise de diminuição na taxa de lucro e são essas estratégias que redefinem o papel do Estado. Assim, a crise no Estado seria consequência e não causa. A globalização, principalmente a financeira, mas também a produtiva, com as mudanças nos mercados mundiais, redefinem o papel do Estado. A reestruturação produtiva também, pois alterou em muito os postos de trabalho e as concepções de gestão. Enfim são mudanças profundas não apenas na produção, mas no modo de vida da sociedade¹.

No entanto, para a teoria neoliberal, o Estado é o culpado pela crise, tanto porque gastou mais do que podia para se legitimar, já que tinha de atender às demandas da população por políticas sociais, o que provocou a crise fiscal, quanto porque, ao regulamentar a economia, atrapalhou o livre andamento do mercado. Para a teoria neoliberal, as políticas sociais são um verdadeiro saque à propriedade privada, pois são formas de distribuição de renda, além de também atrapalhar o livre andamento do mercado (PERONI, 2003).

A democracia é a grande vilã e também a mais prejudicada nesse contexto, já que a inflação é uma das grandes responsáveis pela crise atual do capitalismo, e que ocorre, geralmente, em um contexto de democracia em que os políticos têm que atender às demandas dos eleitores e desestabilizam a economia, provocando, assim, o desemprego (HAYEK, 1983).

A teoria neoliberal tem três principais escolas de pensamento, todas influenciaram e continuam influenciando as políticas públicas internacionalmente. São elas a Escola Austríaca, cujo principal representante é Hayek; a Escola de Virginia *Public Choice*, que tem em Buchanan seu principal representante, e desenvolve o conceito de quase-mercado, que é a proximidade das orientações públicas às orientações de mercado; e a Escola de Chicago, com Friedman e a Teoria do Capital Humano de Theodore Schultz.

Para Hayek, por meio do *rent seeking*², sindicatos e movimentos sociais, em um movimento de correlação de forças lutavam por conquistas sociais e trabalhistas. Em um

contexto de guerra fria, o Estado atendeu muitas das reivindicações dos trabalhadores por meio de salário social e de direitos trabalhistas, redistribuindo rendas pelas políticas sociais universais. Era uma solução por dentro do capitalismo. É importante destacar, no entanto, que os ganhos trabalhistas ocorreram por pressão do trabalho, por intermédio do que Vieira (2001) chama de “reclames populares”, em um processo de correlação de forças entre trabalho e capital. Com as lutas dos trabalhadores, em um contexto de Estado de Bem-Estar Social, houve conquistas para o setor vinculado ao trabalho, o que para os neoliberais provocou a crise³. Para Hayek, houve um saque à propriedade privada, o autor chega a afirmar que a democracia é totalitária, já que todos terão as mesmas condições de acesso às políticas sociais. Todos têm direito de votar e para o autor, os políticos, para se elegerem, atenderão às demandas dos eleitores, provocando a crise fiscal⁴.

As três escolas permanecem com grande influência, um exemplo é a União Europeia atualmente, principalmente a Grécia, promovendo ajustes, com remédios amargos para a população. O Estado atendendo aos interesses do capital financeiro e a população pagando a conta.

A terceira via não rompe com este diagnóstico, afirma que o mundo mudou, que a sociedade do conhecimento e a globalização apresentam novas demandas e que o Estado não deve mais ser o executor de políticas, como ocorria com a antiga social-democracia.

Conforme, Anthony Giddens (2001a), um de seus principais ideólogos, a política da terceira via “não é uma tentativa de ocupar uma posição moderada entre o socialismo de cima para baixo e a filosofia de livre mercado. Ela se preocupa com a reestruturação das doutrinas social-democráticas para responder à dupla revolução da globalização e da economia do conhecimento” (GIDDENS, 2001a, p. 166). Em outro momento, o autor define a terceira via “no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a social-democracia do velho estilo quanto o neoliberalismo” (GIDDENS, 2001b, p. 36).

Destacamos que nesta análise não há sujeitos no processo de globalização, há uma naturalização. Não há uma discussão da crise, apenas o Estado deve se adaptar a um mundo de mudanças, como se não fossem estratégias do capital em um processo de correlação de forças.

Conforme Antunes (1999), a discussão sobre a terceira via ocorre quando o Novo Trabalhismo se apresenta como uma alternativa ao neoliberalismo de Thatcher e também à antiga social-democracia. Segundo o autor, o Novo Trabalhismo “associa a preservação da social democracia a elementos básicos do neoliberalismo” (ANTUNES, 1999, p. 95). Antunes ressalta ainda que “a terceira via acaba configurando-se como a preservação do que é fundamental do neoliberalismo, dando-lhe um frágil verniz social-democrático cada vez menos acentuado” (ANTUNES, 1999, p. 99).

A terceira via, também chamada de democracia social democratizadora ou esquerda democratizadora, refere-se ao modo como os partidos de centro-esquerda respondem às mudanças, que podem ter muitas diferenças, mas tem como pontos em comum: a reforma do governo e do Estado; o papel regulador do Estado no mercado e na sociedade civil; papel central da sociedade civil, identificada com o empreendedorismo; novo contrato social, vinculando direitos a responsabilidades; redefinição do conceito de igualitarismo,

baseado no investimento em habilidades e capacidades individuais; criação de uma economia dinâmica, com parcerias entre o governo e a sociedade civil; a conexão entre políticas sociais e econômicas e o questionamento aos direitos sociais e trabalhistas; Estado de Bem-Estar sustentável com equilíbrio entre direitos e sustentabilidade; políticas ativas para combater o crime; política ecológica; capitalismo responsável, as empresas devem assumir obrigações sociais e que deve haver uma regulamentação nacional e internacional para as corporações (GIDDENS, 2007).

A questão central da social democracia permanece a mesma, de ser o centro, assumindo posições em alguns momentos mais à esquerda ou à direita, propondo reformas por dentro do capitalismo e para fortalecê-lo. Como, para o autor, as classes sociais não são mais importantes para a análise de um mundo sem inimigos e para além da direita e da esquerda (GIDDENS, 2001b), é possível defender uma cultura cívica, onde os empresários estariam envolvidos com o bem comum e não apenas com o lucro. Giddens, ao criticar o neoliberalismo, adverte que “há o risco de que as formas mais agressivas de capitalismo dos acionistas destruam as estruturas sociais e cívicas que tornam viável a economia capitalista. Esta é a principal objeção da política da terceira via ao fundamentalismo de mercado dos neoliberais” (GIDDENS, 2001, p. 154).

Concordamos com Marilena Chauí quando critica o tom abstrato do ideário da terceira via:

A pregação de valores conseguiu a proeza de não falar uma única vez do valor propriamente dito, isto é, do capital e da relação capital-trabalho. Aliás, no vocabulário da terceira via, o conceito de trabalho desapareceu, ficando em seu lugar ora o termo ‘emprego’, ora o termo ‘mercado’ (CHAUÍ, 1999, p. 6).

É importante destacar que o conceito de sociedade civil modernizada quer dizer bem-sucedida no mercado, já que defende o empreendedorismo. E é a essa parcela da sociedade civil que o Estado deve incentivar para que assuma as políticas sociais, passando a ser um mero financiador:

O empreendedorismo civil é qualidade de uma sociedade civil modernizada. Ele é necessário para que os grupos cívicos produzam estratégias criativas e enérgicas para ajudar na lida com problemas sociais. O governo pode oferecer apoio financeiro ou proporcionar outros recursos a tais iniciativas (GIDDENS, 2007, p. 26);

Destacamos a concepção individualista da terceira via, cujo objetivo geral “deveria ser ajudar os cidadãos a abrir seu caminho através das mais importantes revoluções do nosso tempo: Globalização, transformações na vida pessoal e nosso relacionamento com a natureza” (GIDDENS, 2001b, p. 74). Assim, cada indivíduo é responsável por individualmente abrir o seu caminho e as transformações vão se dar na esfera pessoal e não societária.

Concordamos com Harvey (2008), quando afirma que no nosso período histórico as questões das liberdades individuais trouxeram perdas para um projeto societário de justiça social e mais coletivo:

(...) os valores ‘liberdade individual’ e ‘justiça social’ não são necessariamente compatíveis. A busca da justiça social pressupõe solidariedades sociais e a propensão a submeter vontades, necessidades e desejos à causa de uma luta mais geral em favor de, por exemplo, igualdade social ou justiça ambiental (HARVEY, 2008, p. 51).

Verificamos, assim, que o individualismo é uma posição comum ao neoliberalismo e à terceira via. Harvey (2008), ao tratar da neoliberalização, que é o balanço da teoria neoliberal na prática, destaca que o mercado regula o bem-estar humano e a competição é o mecanismo regulador. Assim, o sucesso e o fracasso são considerados individuais por meio das virtudes empreendedoras do indivíduo. Para essa teoria, as classes inferiores pioraram por razões pessoais e culturais, na tarefa de aprimorar o capital humano e a dedicação à educação. Tudo pode ser tratado como mercadoria. A mercadificação presume a existência de direitos de propriedade sobre processos, coisas e relações sociais. É o que o autor chama de “mercadificação de tudo” (HARVEY, 2008, p. 178).

Quanto à igualdade social, Giddens (2007) adverte que, “os social-democratas precisam revisar não apenas sua abordagem, mas também seu conceito de igualitarismo (...) não há futuro para o igualitarismo a todo custo, que absorveu por tanto tempo os esquerdistas” (GIDDENS, 2007, p. 253). O autor defende o conceito de capacidade social, defendendo que a igualdade não se refere apenas a ter acesso aos bens, mas fazer uso efetivo deles.

Para Mark Latham (2007, p. 54), “o governo precisa subsidiar a cidadania ativa e não adular inativos”, os dias de benefício social irrestrito precisam ter fim. O Estado deve ser um facilitador, como um habilitador, envolvido no custeio e na regulamentação dos serviços, mas não na sua prestação.

Giddens critica a igualdade social: “Os social-democratas em todos os países precisam sustentar uma base tributária substancial para que as políticas públicas e bem-estar social sejam custeadas e a desigualdade econômica seja mantida sob controle” (GIDDENS, 2007, p. 264). E propõe construir um novo contrato social, dizendo que “não há direitos sem responsabilidades” (GIDDENS, 2001a, p.58). Neste sentido, o autor defende a filantropia, quando afirma que “incentivos positivos para a filantropia, por exemplo, podem ter um papel tão significativo quanto os impostos diretos sobre a transmissão de riqueza” (GIDDENS, 2007, p. 266).

O autor desenvolve a tese de que existe uma nova cultura política “em resposta à mudança social e econômica. A nova cultura política diverge do modelo tradicional de política de classe” (GIDDENS, 2001b, p. 48).

É uma naturalização da política, como se não existissem sujeitos, a mudança social e econômica simplesmente aconteceu. Como as questões estruturais do capitalismo tivessem sido modificadas em relação aos antagonismos entre o capital e o trabalho. Nesse momento, recorreremos à Lukács, com a categoria particular “o singular não existe senão em sua relação com o universal. O universal só existe no singular, através do singular” (LUKÁCS, 1978, p. 109) e destaca a importância do particular como mediação nas análises do real: “O

movimento do singular ao universal e vice-versa é sempre mediatizado pelo particular; ele é um membro intermediário real, tanto na realidade objetiva quanto no pensamento que a reflete de um modo aproximadamente adequado” (LUKÁCS, 1978, p. 112).

Defendemos que ocorrem modificações nesse período particular do capitalismo, que o diferem do período histórico anterior, mas ele não deixou de ser capitalismo. Entendemos, inclusive, que as chamadas modificações sociais e econômicas como a globalização, a reestruturação produtiva, o gerencialismo, são estratégias do capital para a superação da sua crise, sendo a consequência e não a causa das mudanças que ocorrem em um período de crise do capital, como abordamos no início deste tópico.

A democracia

Enquanto para o neoliberalismo a democracia atrapalha o livre andamento do mercado, pois deve atender à demanda dos eleitores para se legitimar, o que provoca o déficit fiscal, para a terceira via a democracia deve ser fortalecida. Giddens (2001) argumenta que é preciso democratizar a democracia. Mas democracia entendida como a sociedade assumindo tarefas que até então eram do Estado e participação como a responsabilização na execução de tarefas. Assim, verificamos uma separação entre o econômico e o político (Wood, 2003), o esvaziamento da democracia como luta por direitos e das políticas sociais como a materialização de direitos sociais. A seguir, analisaremos as duas teorias enfocando essa discussão.

Para a teoria neoliberal, não é o capitalismo que está em crise, mas o Estado. A estratégia, portanto, é reformar o Estado ou diminuir sua atuação para superar a crise. O mercado é que deverá superar as falhas do Estado, portanto a lógica do mercado deve prevalecer inclusive no Estado, para que ele possa ser mais eficiente e produtivo. Conforme MORAES (2001, p. 49):

O funcionamento da ordem de mercado é visto como um paradigma, um modelo de funcionamento para outras instituições sociais. Assim a pretensão destes analistas [neoliberais] é descobrir quais as regras constitucionais que, no plano das decisões coletivas (não-mercado), mais se aproximam da perfeição exibida por essa ordem (a do mercado). É o que chamam de economia constitucional, uma nova teoria do contrato social, que proporcione uma reconstrução da ordem social e política.

A Teoria da Eleição Pública, corrente neoliberal conhecida como *Public Choice*, faz uma análise econômica da política⁵. O ponto de partida de discussão da Teoria é que a economia e a política de um país são inseparáveis. A ideia-chave da *Public Choice* é de que o paradigma da ação humana em todas as dimensões passa pela relação de troca, pelo jogo de interesses. Isso é tanto um pressuposto como uma prescrição, tendo todas as relações de troca como modelo (BUCHANAN; MCCORMICK; TOLLISON, 1984).

Todas as correntes da teoria neoliberal criticam a democracia. Para Hayek (1984), há uma tensão entre a liberdade individual e a democracia. Conforme o autor, a maximização da liberdade está em proteger o sistema de mercado como necessário e suficiente para a existência da liberdade. Assim, o mercado deve ser protegido contra o Estado e a tirania das majorias. E adverte que o Estado é influenciado, ou vulnerável às influências das massas. E assim, o cidadão, por meio do voto, pode decidir sobre bens que não são seus, adquirindo inclusive forma de distribuição de renda. Para Hayek (1984), a democracia faz um verdadeiro saque à propriedade alheia, e deve ser contida, com o esvaziamento das instituições públicas, permeáveis à correlação de forças (PERONI, 2003).

Buchanan e os teóricos da *Public Choice* criticam o excesso de regulamentação e de Estado, pois julgam que estas atividades são onerosas para o conjunto da sociedade e diminuem sua produtividade. E defendem que é preciso estabelecer limites constitucionais contra as instituições democráticas vigentes: eliminando o voto, o que é mais difícil, ou restringindo o seu impacto, por meio da privatização e desregulamentação, provocando o desmantelamento do Estado.

Para Reginaldo Moraes, a *Public Choice* “nasce justamente do estudo da diferença entre estes dois universos (mercado e estado) e da tentativa de conduzir um deles ao modo operativo do outro – tornar as decisões ‘não-mercado’, mais próximas das ‘decisões tipo mercado’.” (MORAES, 2001, p. 56).

Diferente da teoria neoliberal, para quem a democracia é prejudicial ao livre andamento do mercado e chega a ser chamada de totalitária (Hayek, 1984), a proposta da terceira via é a democratização da democracia, que pressupõe um Estado democrático que tem como principais características “descentralização, dupla democratização, renovação da esfera pública-transparência, eficiência administrativa, mecanismos de democracia direta e governo como administrador de riscos” (GIDDENS, 2001b, p. 87).

A democracia para a terceira via está vinculada a uma moralidade cívica, que está associada a uma visão de sociedade sem o antagonismo de classes sociais ou correlação de forças políticas por diferentes projetos societários:

Há o risco de que formas mais agressivas de capitalismo dos acionistas destruam as estruturas sociais e **cívicas** que tornam viável a economia capitalista. Esta é a principal objeção da política da terceira via ao fundamentalismo de mercado dos neoliberais (GIDDENS, 2001a, p. 154).

Para a terceira via, a principal estratégia de retirada do Estado da execução direta das políticas sociais é a parceria público/privada, tanto para a execução das políticas sociais como para o mercado, por meio de uma nova economia mista que propõe “uma nova sinergia entre os setores público e privado, utilizando o dinamismo dos mercados, mas tendo em mente o interesse público” (GIDDENS, 2001b, p. 109).

O terceiro setor

A parceria público-privada ocorre principalmente com o terceiro setor que é caracterizado como o público não estatal e pressupõe a existência do primeiro e segundo, Estado e mercado. O conceito designa “um conjunto de iniciativas particulares com um sentido público” (FERNANDES, 1994, p. 127).

O terceiro setor multiplicou-se em um contexto de crise do Estado Providência. Além de assumir algumas atividades que seriam do Estado, como a promoção ou manutenção de bem-estar social, acaba também assumindo poder (econômico/político), principalmente quanto à definição de seu próprio campo de cooperação internacional, no que se refere ao repasse e à prestação de contas dos recursos financeiros, diretamente para as agências internacionais sem a intermediação do Estado (PERONI, 2006).

Para Harvey (2008), as ONGs vêm preencher o vácuo de direitos deixado pelo Estado, isso “equivale a uma privatização via ONGs. Em alguns casos, isso ajudou a acelerar o afastamento ainda maior do Estado dos benefícios sociais. Assim, as ONGs funcionam como ‘cavalos de tróia do neoliberalismo global’” (HARVEY, 2008, p. 190).

A questão da democracia é também ressaltada pelo autor:

[...] as ONGs não são organizações inerentemente democráticas. Tendem a ser elitistas, a não dar satisfação a ninguém (a não ser a quem as financia) e, por definição, são distantes daqueles a quem buscam ajudar ou proteger, por mais bem intencionadas e progressistas que possam ser. Costumam esconder sua pauta de interesses e preferem a negociação direta com o Estado e o poder de classe, ou a influência sobre eles costumando antes controlar sua clientela do que representá-la. Alegam e presumem falar em favor daqueles que não podem falar por si mesmos, e até definem os interesses daqueles em cujo nome falam – como se as pessoas não pudessem elas mesmas fazê-lo (HARVEY, 2008, p. 190-191).

O terceiro setor, para Montañó (2002), modifica inclusive a questão social. Primeiro, com a transferência da responsabilidade da questão social do Estado para o indivíduo, que a resolverá por meio da autoajuda, ajuda mútua ou, ainda, adquirindo serviços como mercadorias. Segundo, as políticas sociais passam a ser focalizadas, perdendo, assim, seu princípio universalista. Terceiro, com a descentralização administrativa, as políticas tornam-se ainda mais precarizadas, entre outros problemas, porque são transferidas as competências sem os recursos correspondentes e necessários para executá-las.

E, ainda, tem-se a falsa ideia de que a sociedade civil está participando, quando, na realidade, as suas instituições representativas, como sindicatos, movimentos sociais e partidos, estão sendo arrasados como parte da estratégia neoliberal. (PERONI, 2006).

Wood destaca, ainda, que

a separação entre Estado e sociedade civil no Ocidente certamente gerou as novas formas de liberdade e igualdade, mas também criou novos modos de dominação e coerção. [...] trata-se da privatização do poder público que criou o

mundo historicamente novo da ‘sociedade civil’ (WOOD, 2003, p. 217).

E ocorre a separação entre o econômico e o político, conforme Ellen Wood, “ao separar o sistema de produção de seus atributos sociais específicos, os economistas político-burgueses são capazes de demonstrar a eternidade e a harmonia das relações sociais” (WOOD, 2003, p. 29). Concordamos com Wood quando conclui que “a própria diferenciação entre o econômico e o político no capitalismo – a divisão simbiótica de trabalho entre classe e estado – é precisamente o que torna essencial a unidade das lutas econômicas e políticas, e o que é capaz de tornar sinônimos socialismo e democracia” (WOOD, 2003, p. 49).

Além de assumir algumas atividades que seriam do Estado, como a promoção ou a manutenção de bem-estar social, quando o financiamento ocorre via agências internacionais, o terceiro setor acaba também definindo de seu próprio campo sem a intermediação do Estado.

O caráter não governamental assumido pelo terceiro setor, que implica não ser submetido ao controle institucional, aponta uma importante questão na medida em que essas organizações têm um poder cada vez maior. Segundo Fernandes (1994, p. 24), “formam um mercado de trabalho específico, influenciam a legislação em seus mais variados domínios e condicionam os orçamentos dos governos, das empresas e dos indivíduos”.

Concordamos com Graccioli e Lucas (2009, p. 116) quando afirmam que:

Nas últimas décadas, os direitos universais estão sendo atacados e ameaçados, tanto nos países centrais do capitalismo quanto em áreas periféricas nas quais algumas garantias foram conquistadas muitas vezes de forma bastante incipiente e frágil. Enquanto isso, têm sido ampliadas políticas estatais de natureza focalizada, muito diferentes da noção de direito. É nesse processo que o ‘terceiro setor’ se consolida, financiado, em larga escala, por verbas públicas, que se tornaram cada vez mais escassas para problemas estruturais vinculados aos direitos básicos da população.

Essa análise de Ellen Wood encaminha as discussões sobre como, neste período particular do capitalismo, por um lado avançamos na tão batalhada democracia, mas por outro, há um esvaziamento das políticas sociais, principalmente das políticas sociais como um direito universal. Aumentou, portanto, a separação entre o econômico e o político, historicamente presente no capitalismo.

O esvaziamento do conteúdo da democracia e a separação entre o econômico e o político são evidentes. Perdeu-se a discussão das políticas sociais como a materialização de direitos sociais. E assim, as lutas por direitos universais, foram cedendo espaço para a naturalização do possível, aceitando a ideia de que o Estado “em crise” não pode executar políticas, repassa para a sociedade civil, e focaliza na população em vulnerabilidade para evitar o caos social, mas permanece no controle por meio da avaliação e parte do financiamento (PERONI, 2009).

O caso brasileiro

No Brasil, assim como em outros países da América Latina, ocorreu um enorme descompasso entre o processo de abertura democrática, após um longo período de ditadura (FERNANDES, 1985) e a crise da democracia, no chamado capitalismo metropolitano, onde as estratégias do capital para superação da crise já estavam em curso e minimizavam os direitos sociais, como já mencionamos no item anterior.

Assim, ao mesmo tempo em que os direitos sociais eram minimizados e a democracia criticada, no Brasil, os anos 1980 foram marcados por um processo de abertura política, com participação popular e organização da sociedade na luta por direitos vinculados à democracia, à gestão democrática do Estado por meio da participação da sociedade nas decisões políticas, enfim à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, não é por acaso que, apesar de termos avançado na materialização de direitos por intermédio da legislação, temos a dificuldade de implementá-los, em parte pela ofensiva neoliberal, mas também porque a nossa cultura democrática é ainda muito embrionária, o que facilita o consenso em torno da lógica de mercado e de produto em detrimento da lógica democrática, com ênfase na participação coletiva das decisões e no processo.

E nesse contexto, após tantas manifestações populares pelas Diretas Já, o primeiro governo eleito após a ditadura militar, Collor de Melo, em 1990, tinha como programa a minimização do papel do Estado com as políticas sociais e um longo processo de privatização e mercantilização do público. Mesmo com o *impeachment*, este processo não foi estancado e apesar de o presidente Itamar Franco ter diferenças políticas em relação ao seu sucessor, na prática foi seu governo que fez o Plano Real, que, para minimizar a inflação, atraiu capital especulativo com juros altíssimos, o que provocou problemas para o capital produtivo e um aumento vertiginoso da dívida interna e externa. Fernando Henrique Cardoso, o ministro do Plano Real, que foi eleito presidente da República por dois mandatos, propõe, em 1995, o Projeto de Reforma do Estado, apresentado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare). De acordo com o documento, a “reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento” (BRASIL, 1995, p. 12).

As políticas sociais, no plano, não foram consideradas atividades exclusivas do Estado e não pertenciam mais ao núcleo estratégico. Sua execução foi descentralizada para a sociedade por meio da privatização, da publicização e da terceirização. Privatização é passagem dos serviços lucrativos para o mercado, terceirização é o processo de transferência para o setor privado de serviços auxiliares ou de apoio e publicização, a “transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta”. (BRESSER-PEREIRA, 1997, p.7- 8).

Bresser-Pereira, que é intelectual orgânico da terceira via e foi o ministro da Reforma

do Estado no Brasil, quando se refere às políticas sociais, aponta que, “essas são atividades competitivas e podem ser controladas não apenas através da administração gerencial, mas também e, principalmente, através do controle social e da constituição de quase-mercados”. (BRESSER-PEREIRA, 1997, p. 8). É importante atentar que “quase-mercado” quer dizer que a lógica de mercado é a que orientará a ação Estatal.

É importante destacar que o presidente Fernando Henrique Cardoso participou dos encontros da Governança Progressista, como era chamada a terceira via desde o seu início em 1999, em Florença, e que o seu sucessor Luís Inácio Lula da Silva continuou participando das reuniões, que são apenas para convidados. (<http://alainet.org/active/4069&lang=es>). Portanto, o governo do Partido dos Trabalhadores se considera no mínimo aliado, ou pertencente à atual social democracia, terceira via, com todas as consequências do que isso quer dizer, como tratamos no item anterior.

Verificamos que, tanto o processo de publicização com a passagem para o público não estatal, principalmente por meio de parcerias, foi intensificado nos próximos governos, como a proposta de gestão gerencial teve continuidade nos governos posteriores⁶ como podemos verificar, por exemplo, na Carta de Brasília, que apresenta uma proposta de gestão pactuada pelo Ministério do Planejamento e secretários estaduais de Administração (BRASIL, 2009) com os princípios da gestão gerencial, também outros documentos como “Gestão pública para um país de todos”, Plano de Gestão do Governo Lula, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (BRASIL, 2003).

Esta concepção de gestão, que tem princípios no quase-mercado, proposto pela *Public Choice* corrente neoliberal, como tratamos no primeiro item, está sendo aprofundada pelo governo Dilma Rousseff, com a criação, em maio de 2011, da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), presidida por Jorge Gerdau, empresário brasileiro que vem fazendo uma verdadeira cruzada para que a lógica de mercado seja incorporada na gestão pública.

Assim, o terceiro setor passa a falar em nome da sociedade; mas, questionamos, que sociedade? Estado e sociedade civil não são abstrações, e a questão central permanece sendo a classe social. No exemplo acima, ressaltamos que representantes do empresariado, e não dos movimentos vinculados às lutas sociais, foram chamados para ser a sociedade civil em um conselho que vai definir a gestão das políticas públicas. Outra questão importante é que a gestão não é técnica, mas política, e aparece como técnica nos argumentos do governo e dos empresários sobre qualidade e eficiência com a lógica do mercado na gestão pública (PIRES; PERONI, 2010).

Portanto, quando as instituições do terceiro setor, por meio das parcerias, pretendem “qualificar” o serviço público, a proposta de qualidade não é neutra: são concepções de sociedade em disputa. No próximo item destacaremos como esse processo se materializa na educação brasileira.

A relação público-privada na educação brasileira

Historicamente, foram muito tênues as linhas divisórias entre o público e o privado no nosso País, desde o início do processo de colonização. O próprio Estado assumiu um espaço muito voltado aos interesses privados; assim, a democratização da educação pública ainda é um longo processo em construção⁷.

Romualdo Oliveira destaca que, com a possibilidade de repasses para as escolas que comprovem finalidade não lucrativa, “admite-se por complementariedade, a existência de escolas com fins lucrativos” (OLIVEIRA, 2005). Cury também destaca este aspecto na Constituição de 1988:

(...) o reconhecimento da lucratividade como componente do segmento empresarial da liberdade de ensino. Este reconhecimento implicava, além da bipartição lucrativo X não-lucrativo, a tripartição no interior desse último em subsegmentos como os confessionais, comunitários e filantrópicos. É destes segmentos que desponta a noção de público não estatal (Cury, 2003, p. 124).

Temos discutido este tema há mais de uma década, principalmente a relação entre as mudanças no papel do Estado e as redefinições das fronteiras entre o público e o privado, focando o setor público não estatal e do quase-mercado. Destacamos que, com o público não estatal, a propriedade é redefinida, deixa de ser estatal e passa a ser pública de direito privado. Verificamos dois movimentos que concretizam a passagem da execução das políticas sociais para o público não estatal: ou por meio do público, que passa a ser de direito privado, ou o Estado faz parcerias com instituições do terceiro setor para a execução das políticas sociais. E com o quase-mercado, a propriedade permanece sendo estatal, mas a lógica de mercado é que orienta o setor público. Principalmente por acreditar que o mercado é mais eficiente e produtivo do que o Estado. Como vimos, é a teoria neoliberal que embasa esse pensamento.

Iniciamos este debate com a tese de doutorado sobre a política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990 e continuamos os estudos com um grupo nacional de pesquisa, abrangendo vários estados brasileiros, com a pesquisa nacional *O Programa Dinheiro Direto na Escola: uma redefinição do papel do Estado na educação* (PERONI; ADRIÃO, 2007). Depois, expandimos de cinco para dez grupos com a pesquisa nacional *Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional* (ADRIÃO, PERONI, 2001). Continuamos as análises verificando a parceria entre sistemas públicos e o terceiro setor, com a pesquisa nacional, *Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional*⁸. Assim, o grupo, que iniciou com a pesquisa sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola, já citada, continuou seus estudos sobre a temática público-privada. Escolhemos o Instituto Ayrton Senna (IAS) pela importância da atuação do Instituto nas redes públicas de ensino em todo o País.

Os programas implementados pelo IAS visam ser uma solução para a educação pública, pois partem do pressuposto da sua ineficiência e introduzem políticas de acompanhamento de resultados das aprendizagens dos alunos, objetivando o fortalecimento

das lideranças e equipes de trabalho, tanto nas unidades escolares como nas secretarias de Educação, a fim de qualificar o desempenho escolar de jovens e crianças (Disponível em: <<http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna>>. Acesso em: 11 abr 2008).

O Instituto parte de um diagnóstico de que os professores não são capazes de planejar suas tarefas e por isso devem receber tudo pronto, como podemos verificar na argumentação de Viviane Senna (2000, p. 146):

Os materiais são fortemente estruturados, de maneira a assegurar que um mesmo professor inexperiente, ou com preparação insuficiente – como é o caso de muitos professores no Brasil – seja capaz de proporcionar ao aluno um programa de qualidade, com elevado grau de participação dos alunos na sala de aula, na escola e na comunidade.

As redes públicas têm buscado as parcerias como forma de atingir a tão almejada “qualidade da educação” imposta pelas avaliações e ditadas por uma lógica mercantil.

Verificamos que, entre as principais implicações da parceria para a gestão democrática da educação, está a diminuição da autonomia do professor, que entre outros fatores fica minimizada, desde quando recebe o material pronto para utilizar em cada dia na sala de aula e tem um supervisor que verifica se está tudo certo, até a lógica da premiação por desempenho, que estabelece valores como o da competitividade entre alunos, professores e escolas, como se a premiação dos mais capazes induzisse a qualidade via competição.

A outra questão diz respeito às metas estabelecidas, que passam a dar mais ênfase ao produto final e não mais ao processo, como é característica da gestão democrática, que visa construir uma sociedade democrática e participativa.

É importante mencionar também a renúncia de receitas. As empresas repassam dinheiro para o Instituto Ayrton Senna e deixam de pagar impostos para repassar o dinheiro para o IAS. Além de volumosas doações, como ocorreu no Seminário “Educação Pública de Qualidade para um Brasil Melhor”, no 7º Fórum Empresarial de Comandatuba:

Em um momento onde a emoção tomou conta de todos, empresários doaram a quantia de R\$ 5.770.000,00 ao Instituto Ayrton Senna e LIDE EDH, em apenas 10 minutos de seminário. Este valor é recorde absoluto entre todas as edições do evento e será utilizado em projetos para a recuperação do ensino público nos quatro cantos do País. Somente um empresário, que preferiu o anonimato, doou R\$ 600 mil (Disponível em: <<http://www.forumdoriassociados.com.br/noticias.asp>>. Acesso em: 15 jul. 2008).

Outra questão importante é o controle social por ser uma instituição privada, conforme abordamos em texto anterior:

Em consulta ao Tribunal, constatei que, se as dificuldades de controle do repasse público para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) são grandes, dado o volume de dados, a fiscalização da renúncia de receitas é

ainda maior. Existe apenas um setor do TCU em Brasília, a Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag), que analisa essas contas, mas apenas alguns casos são escolhidos para uma avaliação mais ampla com equipes multidisciplinares (...) (PERONI, 2006a, p. 128).

Enfim, são muitas as questões e principalmente as consequências para a gestão e para a democratização da educação nesse período histórico. Vivemos em um período democrático, mas está naturalizada a ideia de que não é mais possível a universalização de direitos sociais e também que o parâmetro de qualidade está no mercado.

Neste sentido, as parcerias do sistema público de educação com o Instituto Ayrton Senna materializam bem a proposta, tanto do público não estatal, pois é assim que o Instituto se considera, quanto do quase-mercado, pois o sistema público acaba assumindo a lógica de gestão proposta pelo setor privado.

Questionamos o que significa o sistema público abrir mão das suas prerrogativas de ofertar educação pública de qualidade e comprar um produto pronto, desde o currículo escolar, já que as aulas vêm prontas e os professores não podem modificá-las; até a gestão escolar ser monitorada por um agente externo, e transformar os sujeitos responsáveis pela educação em burocratas que preenchem muitos papéis.

Expandimos a pesquisa⁹, incluindo outros países, para ampliar a interlocução acerca do tema. A pesquisa atual “Parcerias entre sistemas públicos e instituições do terceiro setor: Brasil, Argentina, Portugal e Inglaterra: implicações para a democratização da educação” objetiva estudar a relação entre o público e o privado, por meio da análise das parcerias entre sistemas públicos e instituições do terceiro setor e as consequências para a democratização da educação no Brasil, Argentina, Inglaterra e Portugal. E buscar entender como países com trajetórias distintas, em termos de papel do Estado na consecução do direito à educação, vivenciam este período particular do capitalismo e as consequentes mudanças na relação entre o público e o privado e a intervenção.

Para dialogar com as políticas educacionais dos outros países do projeto, desenvolvemos um subprojeto para conhecer as políticas educacionais que envolvem a relação público-privada na educação básica, em todos os níveis e modalidades no Brasil, assim como a proposta de gestão pública do governo federal, para dialogar com os grupos de pesquisa dos outros países.

Na educação infantil, a análise ocorre principalmente sobre as parcerias dos sistemas públicos com creches comunitárias para a oferta de vagas para crianças. Desde que as creches foram consideradas parte da educação básica (Constituição Federal de 1988) e assim saíram da assistência social e vieram para a educação, como parte da reivindicação de pais, educadores e pesquisadores da área, o poder público municipal, que ficou responsável pela oferta desta etapa da educação básica, buscou como alternativa em muitos casos, as parcerias com instituições sem fins lucrativos. Principalmente porque, logo após a ampliação do direito, foi contraditoriamente instituído o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) que, contrariando a ideia de educação básica, priorizava a oferta do ensino fundamental. Muitos municípios então recorreram a formas alternativas

para a oferta ou simplesmente não expandiram essa etapa de ensino. Como o valor a ser financiado é menor do que com a oferta estatal, dada a sua precariedade, muitos buscaram como alternativa transitória a parceria com creches comunitárias, fazendo a justificativa do possível, mesmo assumindo que havia problemas. No entanto, com a ampliação do Fundo incorporando toda a educação básica, o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), em de fortalecer a educação pública garantindo a oferta de qualidade, abriu a possibilidade de as creches comunitárias também receberem seus recursos. Há uma grande preocupação, já que pesquisas (SUSIN, 2005, 2009) demonstraram a fragilidade e precariedade desse atendimento no que se refere às condições físicas do local, projeto pedagógico, remuneração e formação dos professores e a não gratuidade, com mensalidades¹⁰ sendo cobradas mesmo recebendo dinheiro público e de famílias muito carentes. Outro fator importante é a ausência de gestão democrática nas instituições com critérios pouco transparentes na admissão e pagamento dos funcionários, falta de critérios para a admissão das crianças, de prestação de contas da entidade, assim como nas relações dentro das creches e da instituição dos pais e da comunidade.

No ensino fundamental temos três subgrupos pesquisando: o programa do governo federal o Plano de Desenvolvimento da Educação/Plano de Ações Articuladas (PDE/PAR) que fomenta e até financia parcerias do sistema público com instituições do terceiro setor; a compra de sistemas de ensino privados pelos sistemas públicos, interferindo assim no conteúdo e gestão da educação pública; e parcerias entre os sistemas públicos com instituições do terceiro setor, como o instituto Ayrton Senna, Alfa e Beto e outros de atuação nacional.

No ensino médio, estudamos a parceria entre o Instituto Unibanco e escolas de ensino médio. O Unibanco tem uma característica diferente e muito preocupante, ele financia a escola e assim, muitas escolas públicas acabam aderindo para receber recursos, e submetem-se às metas do Instituto, que interferem em toda a escola, desde o conselho escolar, até o conteúdo de ensino, já que aplicam provas e as escolas que não atingirem as metas propostas não recebem as parcelas do financiamento. Questionamos se não é uma “compra da escola pública”, precarizada após o “apagão das políticas educacionais” que ocorreu no Brasil, principalmente na década de 1990.

No ensino profissional vinculado ao médio, estudamos principalmente o atual programa proposto pelo governo federal Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) que tem como objetivos:

I – expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos e programas de formação inicial e continuada, ou qualificação profissional; II – fomentar e apoiar a expansão da rede física de; atendimento da educação profissional e tecnológica; III – contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; IV ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores por meio do incremento da formação e qualificação profissional (BRASIL, art. 2, 2011).

Ressaltamos a participação de instituições privadas:

Art. 8º O PRONATEC poderá ainda ser executado com a participação de entidades privadas sem fins lucrativos, devidamente habilitadas, mediante a celebração de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congêneres, observada a obrigatoriedade de prestação de contas da aplicação dos recursos nos termos da legislação vigente. (BRASIL, art. 6, 2011).

Mais uma vez questionamos o repasse de dinheiro público para instituições privadas, além da concepção de trabalho proposta pelo governo federal, que ao repassar também para instituições privadas abre mão de uma proposta de formação profissional.

Na educação especial também ocorre o repasse de recursos públicos para instituições do terceiro setor, por intermédio de vários programas como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência (Paed) e também o Fundeb:

Art. 14. Admitir-se-á, a partir de 1º de janeiro de 2008, para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, o cômputo das matrículas efetivadas na educação especial oferecida por instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com atuação exclusiva na educação especial, conveniadas com o poder executivo competente (Alterado pelo D-006.278-2007).

Em trabalho anterior, já mencionávamos que o poder público historicamente desresponsabilizou-se da educação especial, e no momento em que ela estava começando a ser entendida como um direito, a nova conjuntura de racionalização de recursos dificulta a implementação com qualidade das políticas de inclusão e restringe a ampliação de escolas públicas de educação especial. E a prática de repasses de recursos públicos que já eram destinados às instituições públicas não governamentais, como Apae, Pestalozzi, etc., para a execução de tarefas que seriam do poder público, atualmente é fortalecida pelo movimento em que o Estado se retira ou diminui a sua atuação na execução de políticas, passando-as para a sociedade civil (PERONI, 2009).

Enfim, procuramos trazer neste artigo os estudos que estamos realizando acerca das questões teóricas sobre a terceira via e terceiro setor como parte das mudanças ocorridas no papel do Estado ocorrido neste período particular do capitalismo e a sua materialização nas políticas educacionais, destacando a relação entre o público e o privado, que vem se intensificando por meio das parcerias entre o terceiro setor e sistemas públicos de educação, por uma trajetória de pesquisas que desenvolvemos sobre o tema.

Considerações finais

Apresentamos a tese desenvolvida ao longo dos últimos anos de que o neoliberalismo como a terceira via têm o mercado como parâmetro de qualidade, a partir do diagnóstico de

que os problemas da crise estão no Estado. O neoliberalismo condena diretamente a democracia e a participação por considerá-las prejudicial ao livre andamento do mercado, já a terceira via, apresenta o discurso da participação da sociedade civil, mas setores vinculados ao mercado têm sido considerados a sociedade civil, como se já tivéssemos superado o capitalismo, a sociedade de classes e como se os interesses vinculados ao capital fossem os interesses da sociedade. A agenda educacional tem sido ditada por um setor da sociedade, que detém poder financeiro e de mídia para falar em nome dela.

Com o diagnóstico da terceira via de que não existem mais classes sociais, a sociedade civil é entendida em abstrato, as pessoas são chamadas à execução das políticas, como sinônimo de participação, mas com cada vez menos direitos sociais e trabalhistas. Com uma concepção de democracia, que separa o econômico e o político, como afirma Wood (2003).

A política educacional, que historicamente no Brasil teve como parâmetro o mercado, estava dando os primeiros passos na construção de uma gestão democrática e de direitos sociais universais, quando, nesse contexto, o parâmetro de qualidade vinculado ao mercado é fortalecido. Enfim, muito lutamos pela gestão democrática da educação e observamos que nas parcerias os professores não têm autonomia, já que muitas vezes as aulas vêm prontas, e ainda são defendidos valores como a competitividade entre alunos e professores, além de premiação aos mais eficientes.

Notas

- ¹. Sobre este assunto ver Gramsci Americanismo e Fordismo.
- ². “Rent-seeking (captura de rendas) – Teoria [...] da política segundo a qual o intervencionismo estatal propicia ‘situações de renda’, ou seja, posições na sociedade que permitem a um agente (indivíduo, empresa, grupo) capturar vantagens superiores àquelas que obteria no mercado, onde é orientado pelos preços e ‘custos de oportunidade’.” (MORAES, 2001, p. 150).
- ³. No Brasil nós não teríamos crise, pois não tivemos o Estado de bem estar social, com políticas sociais universais e pleno emprego.
- ⁴. Ver diagnóstico, prognóstico e terapêutica, propostos pelas teorias neoliberais (MORAES, 2001, p. 62-3).
- ⁵. O seu principal teórico é James Buchanan, é também conhecida como Escola de Virgínia, pois se constituiu no Instituto Politécnico da Universidade de Virgínia na década de 1950.
- ⁶. Luís Inácio Lula da Silva (2003–2010) e Dilma Rousseff (2011–2014).
- ⁷. Sobre o histórico da relação público-privada na educação ver Brito (2003), Cury (2005, 2008) e Saviani (2005), Oliveira, 2005.
- ⁸. Pesquisa coordenada pela professora Theresa Adrião e a vice-coordenação está sob minha responsabilidade. Há um rodízio na coordenação para a continuidade dos estudos do grupo nacional.
- ⁹. Esta pesquisa está vinculada ao projeto produtividade do CNPq e não contempla outros grupos nacionais, apenas os pesquisadores do PPGEDU/UFRGS. Participam alunos de mestrado, doutorado, iniciação científica, pós-doutorado e egressos do programa que permanecem nas pesquisas.
- ¹⁰. As instituições dizem que são contribuições, mas na maioria dos casos estudados eram, mesmo que veladamente, critério para a admissão e permanência de crianças, conforme relato de pais.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo editorial, 1999.
- BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. Brasília, 1995.
- BRASIL. (1996) Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, DF.
- BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Plano de Gestão do Governo Lula*, Brasília, DF, 2003.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Carta de Brasília*. Brasília, DF, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego*. Brasília, DF, 2011.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *A reforma do Estado dos anos 90: crise e reforma*. Disponível em: <<http://www.mare.gov.br/reforma>>. Acesso em: 3 jun. 1997.
- BRITO, Vera Lúcia Alves. O público, o privado e as políticas educacionais. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Maria R. T. (Org.). *POLÍTICA e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 129-140.
- BRENNER, Robert. *O princípio de uma crise devastadora*. http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaImprimir.cfm?materia_id=15109, 10/7/2008.
- BUCHANAN, James; MCCORMICK Robert; TOLLISON, Robert. *El analisis economico de lo politico: lecturas sobre la teoria de la eleccion publica*. Madrid: Instituto de Estudios Economicos, 1984.
- CHAUÍ, Marilena. A fantasia da terceira via. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 6- 10, 19 dez. 1999. □
- CHENAIS, François. *Estamos navegando em águas nunca dantes navegadas*. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20596
Acesso em: 22 de maio de 2011.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. O público e o privado no Brasil: fronteiras e perspectivas. In: *POLÍTICA e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.p. 123-128
- FERNANDES, F. *Nova República?* Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- FERNANDES, Rubem Cesar. *Privado porém público: o Terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- GIDDENS, Antony. *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2001a.
_____. *A Terceira Via e seus críticos*. Rio de Janeiro: Record, 2001b.
- GIDDENS, Antony (Org.). *O debate global sobre a Terceira Via*. São Paulo: UNESP, 2007.
- GRACIOLLI, Edilson; LUCAS, Márcilio. Terceiro setor e resignificação da sociedade civil. *Revista Margem Esquerda: ensaios marxistas*, São Paulo, n. 13, p. 100-116, maio 2009, 2009.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1989
_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: O Globo, 1984.
- LUKÁCS, Georg, *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MARK LATHAM. A Terceira Via: um esboço. In: GIDDENS, Antony (Org.). *O debate global sobre a Terceira via*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.p. 51-64

- MÉSZÁROS, István. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo; Campinas: UNICAMP, 2002.
- _____. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. Entrevista: Solução neokeynesiana e novo Bretton Woods são fantasias. *Socialist Review*, 8 fev. 2009. Disponível em: <http://www.socialistreview.org.uk/article.php?articlenumber=10672>. Acesso em: 18 jun. 2012.
- _____. Crise estrutural necessita mudança estrutural., 2011. Conferência de abertura do II Encontro de San Lazaro
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MORAES, R. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo: Senac, 2001. (série ponto futuro; 6).
- OLIVEIRA, Romualdo Portela. Educação Pública e Privada na Constituição Federal de 1988. In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (Org). *Público e privado na educação: interfaces entre Estado e sociedade..* São Paulo, Xamã, 2005.p. 155-166
- PERONI, Vera Maria Vidal. *Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90*. São Paulo: Xamã, 2003.
- _____. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, V. M. V.; BAZZO, V. L.; PEGORARO, L. (Org.). *Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. P. 11 – 23.
- _____. A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. *Público e privado na educação: novos elementos para o debate*. São Paulo, Xamã, 2008. P.111 - 127
- _____. As parcerias público/privadas na educação e as desigualdades sociais. *Revista Cadernos de Pesquisa Pensamento Educacional, Administração da Educação e Políticas Educacionais: justiça e desigualdades*, Curitiba, n. 7, p.139 - 160, jan - jun 2009.
- _____. Privatização do Público versus democratização da gestão da educação. In: GOUVEIA, Andréa; PINTO, Marcelino; CORBUCCI Paulo (Org.). *Federalismo e políticas na efetivação do direito à educação no Brasil*. Brasília: IPEA, 2011. P. 199 - 215.
- _____. Público/privado na educação especial em tempos de redefinições no papel do Estado. In: KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães (Org.). *Diálogos com a diversidade: sentidos da inclusão*. Campinas: Mercado de Letras, 2011.p. 39-60.
- PERONI, Vera, ADRIÃO, Theresa. Público não-estatal: estratégias para o setor educacional brasileiro. In: ADRIÃO, Theresa, PERONI, Vera (org.). *O público e o privado na educação interfaces entre estado e sociedade*. São Paulo: Xamã, 2005.p. 137-154
- PIRES, Daniela, PERONI Vera. Terceira via e Terceiro Setor: aspectos jurídicos e consequências para a política educacional brasileira. *Revista Políticas Educativas*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, 2010.
- SENNA, Viviane. O Programa Acelera Brasil. *Em aberto*, Brasília, v. 17, n. 71, p. 145-148, jan 2000.
- SUSIN, Maria Otilia. *A educação infantil em Porto Alegre : um estudo das creches comunitárias*. 2005. 240 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- _____. *A qualidade na educação infantil comunitária em Porto Alegre: estudo de caso em quatro creches conveniadas*. 2009. 363 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em educação, Faculdade de Educação: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- VIEIRA, Evaldo. O Estado e a sociedade civil perante o ECA e a LOAS. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 56, p.9-23. Mar1998.
- _____. A política e as bases do direito educacional. *Cadernos Cedes*, Campinas, n. 55, p. 9-29, nov. 2001.

_____. *Os direitos e a política social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o capitalismo a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Correspondência

Vera Maria Vidal Peroni – Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

E-mail: veraperoni@gmail.com

Texto publicado em *Currículo sem Fronteiras* com autorização da autora.
